

## Povos Indígenas, Poder Tutelar e Processos do Desenvolvimento no Cerrado Maranhense<sup>1</sup>

---

Adalberto Luiz Rizzo de Oliveira<sup>a</sup>

A região centro-sul do Maranhão, território histórico de povos timbira, foi ocupada no Século XIX pela frente pastoril tradicional, que sujeitou grupos indígenas, estabeleceu fazendas de criação e núcleos populacionais. A partir dos anos 1970, agentes do agronegócio estabeleceram na região projetos de soja, cana de açúcar e outras *commodities*. Parte do cerrado devastado foi transformado em carvão destinado às indústrias de ferro-gusa, ligadas ao Projeto Ferro-Carajás. A partir de 2004, o Governo Federal estabeleceu a revisão demarcatória das Terras Indígenas Kanela e Porquinhos, levando os *sertanejos* a vender suas ‘benfeitorias’ a empresários e intensificando os conflitos na região. Este trabalho analisa o impacto dessas mudanças socioambientais sobre os Apaniekrá e Ramkokamekra-Canela e as relações interétnicas no centro-sul maranhense.

Apaniekrá; Ramkokamekra-Canela; Sertanejos; Desenvolvimento étnico e regional; Agronegócio.

Este texto aborda as relações entre grupos indígenas, segmentos da sociedade regional e agentes do desenvolvimento no centro-sul maranhense, nas últimas décadas. A pesquisa que o subsidia tem por referência a implantação de programas e projetos de desenvolvimento na Amazônia oriental e na Região Nordeste e os impactos destas intervenções junto a grupos indígenas e regionais.

<sup>a</sup> Professor Adjunto do Departamento de Sociologia e Antropologia – UFMA. Pesquisador-Colaborador (pós-doutorando, 2013-2014) junto ao Departamento de Antropologia – UnB. E-mail: adrizzo@terra.com.br.

O trabalho focaliza as transformações econômicas e socioambientais ocorridas neste período, decorrentes da implantação do agronegócio e de outras modalidades econômicas vinculadas ao ‘desenvolvimento’, e os impactos desse processo em relação à territorialidade dos Apaniekrá e Ramkokamekra-Canela<sup>2</sup>.

Considera-se o ‘desenvolvimento’ e suas adjetivações – ‘regional’, ‘comunitário’, ‘étnico’, ‘autossustentável’, ‘local’ – como espaço discursivo e de ações que naturalizam os processos de mudanças econômica, sociocultural e ambiental contemporâneas, inserindo territórios e populações tradicionais na economia de mercado. Destaca-se seu potencial transformador das relações interétnicas e de imposição do modelo societário ocidental junto a povos indígenas e grupos regionais (Escobar 1996; Sachs 2000).

O objeto deste trabalho é delimitado por um campo de relações sociais, aqui denominado ‘campo indigenista do centro-sul maranhense’, o qual envolve grupos indígenas, segmentos de população regional e agentes tutelares e de desenvolvimento, na implementação de ações relativas ao meio ambiente, ao indigenismo e ao desenvolvimento nos municípios de Barra do Corda, Fernando Falcão e outros<sup>3</sup>.

As transformações econômicas, sociais e ambientais ocorridas, neste período, desencadearam, entre os Apaniekrá e Ramkokamekra-Canela, processos que incidem sobre a sua organização social e simbólica, como o associativismo e a emergência de movimentos socioreligiosos<sup>4</sup>. Esses movimentos e formas de organização respondem, ainda, às ações do Estado e de organizações privadas, que através de agências tutelares e de desenvolvimento, têm sido indutoras dessas mudanças junto aos grupos indígenas e à sociedade regional.

As políticas e ações tutelares implementadas, até o Século XIX, pelas administrações colonial e provincial no Maranhão e, no período republicano, pelo SPI e FUNAI<sup>5</sup>, voltadas à incorporação econômica e ao povoamento dos territórios tradicionalmente ocupados pelos atuais Apaniekrá e Ramkokamekra-Canela, instituíram o ‘poder tutelar’ sobre esses grupos (Oliveira Filho 1988).

Os Apaniekrá e Ramkokamekra-Canela e outros grupos Timbira no centro-sul maranhense foram envolvidos por uma situação histórica específica, a ‘situação pastoril’, gerada pelo estabelecimento de relações permanentes com agentes coloniais estabelecidos por frentes de expansão históricas, especialmente a frente pastoril tradicional<sup>6</sup>.

O surgimento dos Apaniekrá e dos Ramkokamekra-Canela como grupos étnicos, deu-se no bojo de um processo de ‘territorialização’<sup>7</sup>. Pesquisa histórica anterior permitiu recompor os momentos iniciais da ‘territorialização’ dos grupos Timbira no Maranhão até meados do século XX, da qual emergiram estes e outros grupos contemporâneos (Oliveira 2002).

As relações entre os Apaniekrá e Ramkokamekra-Canela, os segmentos regionais e os agentes tutelares nas últimas décadas são marcados, ainda, por processos relacionados ao ‘desenvolvimento’. Esses processos se referem à expansão do Estado e da sociedade nacional pelo centro-sul maranhense, através de suas instâncias administrativas e agências específicas. Expressam-se através de programas e projetos de desenvolvimento regional e local, os quais impactam grupos indígenas e comunidades sertanejas na região.

Nesse período, o ‘desenvolvimento’ tem sido implementado, ainda, pela ação de ‘frentes de expansão contemporâneas’, que atuam na Amazônia e Nordeste brasileiros, as quais têm envolvido grupos indígenas de diferentes áreas e tradições culturais. Dentre estas, destacam-se as ‘frentes governamentais’, tanto na sua ‘manifestação político-administrativa’, representada pela ação tutelar da FUNAI e de outras agências oficiais, como na sua ‘vertente desenvolvimentista’ (Schröder 2003).

A ‘frente desenvolvimentista’ abarca uma diversidade de ações e agentes associados, sobretudo, aos chamados grandes projetos de desenvolvimento regional implementados na Amazônia, a partir da década de 1970<sup>8</sup>. No bojo dessa frente, destacam-se o Projeto Ferro-Carajás, o Programa Grande Carajás, o Polonoroeste e o Projeto Cilha Norte, dentre outros.

Os impactos da ‘frente desenvolvimentista’ sobre as economias indígenas podem ser semelhantes aos das ‘frentes mineradoras industriais’<sup>9</sup>, que costumam envolver ou atrair agentes de outras frentes econômicas (Schröder 2003). A atual devastação do cerrado no centro-sul maranhense, vinculada à produção de carvão vegetal, exemplifica esse processo, cujo destino final são as usinas de ferro-gusa vinculadas ao Projeto Ferro-Carajás. Essa atividade se encontra, também, ligada à expansão do agronegócio, levando à abertura de novas áreas de cultivo na região.

A consolidação de grandes projetos e programas de desenvolvimento regional, como o Projeto Ferro-Carajás e o Programa Grande Carajás resultou na intensa transformação econômica e social do centro-sul maranhense, nas últimas décadas. Na atualidade, os Apaniekrá e Ramkokamekra-Canela vivem sob o impacto de mais de uma dessas frentes, e dos conflitos intersocietários a que estão associadas.

De outro lado, o surgimento de um ‘mercado de projetos’ (Albert 2000) voltado ao ‘desenvolvimento local’ ou ‘étnico’, tem se constituído como uma atividade crescente na região, envolvendo grupos indígenas e regionais, agências governamentais e privadas de fomento, organizações não-governamentais de orientações diversas, além do próprio indigenismo oficial. Esses projetos têm gerado impactos na organização social simbólica desses grupos, induzindo-os à mudança social em sua totalidade.

Nas últimas décadas, os Apaniekrá e Ramkokamekra-Canela, como outros grupos indígenas na região, foram envolvidos por diferentes modalidades de projetos locais ligados ao ‘desenvolvimento’. Inicialmente, pelos denominados ‘projetos de desenvolvimento comunitário’ implementados pela FUNAI nas décadas de 1970 e 80, vinculados mais tarde ao Projeto Ferro-Carajás e Programa Grande Carajás.

Na década seguinte, estes grupos foram ‘beneficiários’ de projetos concebidos como de ‘desenvolvimento rural’, implementados por agências governamentais, não-governamentais e por pesquisadores, a partir de recursos próprios ou de agências internacionais de fomento ao ‘desenvolvimento’<sup>10</sup>.

## **Territorialização e emergência dos Apaniekrá e Ramkokamekra-Canela**

O processo pelo qual se estabeleceu a dominação colonial sobre os grupos indígenas formadores dos atuais Apaniekrá e Ramkokamekra-Canela resultou da ação das frentes de expansão coloniais que ocuparam o território tradicional dos grupos Timbira no Maranhão, entre o final do século XVIII e a segunda metade do século XIX. Essas frentes, de caráter agrícola e pastoril, foram impulsionadas pela administração colonial portuguesa e, depois, pelo regime provincial no Maranhão.

Ao avanço das ‘bandeiras’<sup>11</sup> pelos vales do Itapecuru e Mearim e depois por toda região de cerrados entre os rios Parnaíba e Tocantins, então território da maior parte dos grupos Timbira, seguiu-se a ação da administração colonial no Maranhão, levando esses diferentes grupos à sujeição em aldeamentos e postos militares da região<sup>12</sup>. Esse processo avançou durante o período provincial com a ação da ‘diretoria geral’ e das ‘diretorias parciais’ de índios, estruturas da política indigenista do Império, intensificando a sujeição desses povos e estabelecendo a ‘situação colonial’ no centro-sul maranhense.

Foi, portanto, a ‘territorialização’ desses grupos, como resultado das relações estabelecidas junto à sociedade emergente da ocupação pastoril e ao poder colonial, o fator que levou ao surgimento dos atuais Ramkokamekra-Canela. Essas relações se fundaram em uma ‘nova aliança’ junto aos agentes coloniais<sup>13</sup>, baseada no engajamento dos Canela nas expedições de sujeição a outros grupos Timbira, alguns dos quais foram transferidos para as aldeias ‘Canela’, sob o controle de diretores parciais e outros agentes coloniais.

Processo semelhante parece ter ocorrido entre os grupos ancestrais dos atuais Apaniekrá-Canela. Documentos do Século XIX referem-se à existência de dois grupos denominados ‘Canelas’ – um destes situado em lugar próximo à cabeceira do Rio Alpercatas, denominados ‘Canelas do Alpercatas’, numa possível referência ao grupo ancestral dos atuais Apaniekrá (Oliveira 2002).

O segundo momento se deu a partir do início do século XX, pela ação do SPI<sup>14</sup>, através da qual os povos indígenas no Maranhão foram inseridos no ‘regime tutelar’. Atuando como mediador nas relações entre os Apaniekrá e Ramkokamekra e os criadores do sertão pastoril, o SPI mostrou-se incapaz de impedir a eclosão de conflitos, que em alguns casos significaram tentativas de eliminação étnica desses grupos e de apropriação do seu território residual pelos criadores locais. Exemplo dessa situação foi a chacina promovida por um criador localizado junto ao rio Alpercatas contra os Kenkatyê, subgrupo vinculado aos Apaniekrá-Canela, o qual ficou conhecido como ‘massacre da aldeia Chinella’<sup>15</sup>.

A articulação de elementos associados ao poder tutelar, somada à presença de novos aliados, configurou uma transformação na ‘aliança’ dos grupos Canela estabelecida no século XIX junto aos agentes coloniais, a qual constituiu a base do que foi designado como o ‘pacto da aculturação’ (Crocker 1976, 1990).

As décadas de 1940 e 50 foram de redefinição nos termos da aliança entre os grupos Canela e o ‘homem branco’, encarnado agora pelo poder tutelar exercido pelo SPI, sobretudo através da figura emblemática de Cândido Rondon, tido como o ‘pai dos índios’ (Oliveira 2002).

A morte de Rondon em 1958 impactou especialmente os Ramkokamekra, em função do simbolismo de sua presença, muito próxima do papel atribuído ao ‘branco’, pelo mito de Aukhê<sup>16</sup>.

Os conflitos latentes e manifestos entre os Apaniekrá e Ramkokamekra-Canela e os criadores do sertão cordino nesse período, extensivos a toda sociedade regional do centro-sul maranhense, estiveram na base dos processos geradores do ‘movimento messiânico de 1963’ e da reação dos criadores locais a esse movimento.

O avanço das fazendas de criação e dos núcleos regionais sobre os territórios residuais dos Apaniekrá e Ramkokamekra-Canela correspondentes, então, a cerca de 5% de seus territórios ancestrais, resul-

taram na restrição da caça e na destruição das roças indígenas, pelo avanço do gado sertanejo sobre os campos naturais e pela disputa das diminutas áreas de plantio com lavradores do sertão. Levaram, ainda, à intervenção sobre a vida cotidiana dos grupos Canela pela presença constante desses não-índios nas aldeias e pela introdução de bebidas alcoólicas como forma de sujeitar esses grupos.<sup>17</sup>

A presença do SPI representou uma intervenção sobre as regras de vida cotidiana, as práticas cerimoniais, a organização e o processo político dos Apaniekrá e Ramkokamekra-Canela, sobretudo pela imposição de modelos de chefia subordinados ao poder tutelar. De outro lado, constituiu um obstáculo às pretensões dos criadores em ocupar de vez o território residual desses grupos e às demais estratégias de sujeição colocadas pela ‘situação pastoril’.

A despeito da vigência de um modelo hierarquizado de relações entre os agentes tutelares e as instituições políticas Canela, o SPI, a partir de meados da década de 1930, colocou a perspectiva da demarcação e da proteção oficial do território residual dos Ramkokamekra-Canela, o que constituiu um elemento na afirmação étnica desse grupo e de desafio ao ‘mandonismo’ dos criadores locais.

Expectativas em torno da possível demarcação desse território pelo SPI seriam um dos fatores da ação armada pelos criadores contra os Ramkokamekra-Canela, amparados no argumento do ‘roubo de gado’ praticado pelos Canela, durante o movimento messiânico de 1963 (Oliveira 2011).

Os Apaniekrá participaram de forma periférica do processo messiânico que ocorreu entre os Ramkokamekra-Canela, em 1963. Levantamentos apontam que os Apaniekrá foram inseridos no chamado ‘movimento messiânico Canela de 1963’, deslocando-se de suas aldeias para a Aldeia do Ponto, sede do movimento. Este fato pode ser considerado ‘notável’, uma vez que nem os agentes do SPI que atuavam diretamente junto aos Ramkokamekra conheciam o processo em curso, embora constatassem que algo de ‘anormal’ ocorria entre os Ramkokamekra-Canela.

Inspirados em referências mítico-religiosas comuns aos demais grupos Timbira, os movimentos socioreligiosos Canela constituíram respostas às compulsões advindas do contato. Esses movimentos intrigam pela sua persistência. Assim, cerca de duas décadas após a eclosão do ‘movimento messiânico Canela de 1963’, novos movimentos e manifestações sócio-religiosas<sup>18</sup> emergiram junto a esse grupo até o final século XX, o que sugere a permanência da perspectiva messiânica, como modelo de compreensão e de ação nas relações interétnicas (Oliveira 2011).

### **A expansão da soja pelo cerrado maranhense**

A partir de meados da década de 1980, acentuaram-se as intervenções no interior da ‘região-programa’ do Projeto Ferro-Carajás (PFC), sobretudo pelas atividades vinculadas ao Programa Grande Carajás (PGC)<sup>19</sup>. Na região centro-sul do estado do Maranhão, essas mudanças caracterizaram uma nova frente expansionista dominada pelo agronegócio, realizada através de grandes projetos de agricultura mecanizada voltados principalmente à produção de soja e direcionados, em grande parte, ao mercado externo.

Essa nova frente desenvolvimentista foi dinamizada pela implantação da Ferrovia Norte-Sul, um eixo ferroviário conectado à Estrada de Ferro Carajás (EFC), que permitiu o aproveitamento do ‘Corredor Carajás’ como via de escoamento da produção agroextrativista e industrial gerada nas regiões Norte, Nordeste e Centroeste, intensificando a incorporação das terras de cerrado do sul maranhense, tradicionalmente formadas por fazendas de criação extensiva, pela expansão econômica do agronegócio.

Esse processo teve início em meados da década de 1970, quando agricultores do Sul e, posteriormente, do Sudeste e Centro-Oeste brasileiros passaram a comprar terras na região de Balsas a preços irrisórios: 30 hectares de terras no Rio Grande do Sul equivaliam a 3 mil hectares em Balsas. Localizada no trecho inicial da Rodovia Transa-



mazônica (BR-230), que comunicou essas terras com o Centro-Oeste e Sudeste do Brasil pela Rodovia Belém-Brasília, e com a Região Nordeste, através da malha rodoviária implantada nessa década, a região de Balsas ofereceu maior atrativo aos investidores, a partir da implantação do PFC, e especialmente do chamado ‘corredor de exportação’ consolidado mais tarde, com a construção da Ferrovia Norte-Sul e sua conexão com a Ferrovia Carajás.

As terras do cerrado maranhense, então consideradas inaproveitáveis para a lavoura, e mesmo para a pecuária semiextensiva, tornaram-se objeto de interesse de investidores, a partir de novos processos de correção química do solo desenvolvidos pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), o que tornou essas terras altamente produtivas. Em duas décadas, a produção do cerrado de Balsas transformou o Maranhão no segundo maior produtor de grãos do Nordeste, e o quarto maior produtor de arroz do Brasil.

Com 85% da soja produzida na região sendo transportada pela Companhia Vale do Rio Doce (CVRD, atual VALE), através do eixo Ferrovia Norte-Sul – Ferrovia Carajás, e exportada para mercados da Europa e Ásia através do Porto do Itaqui (São Luís), a região de Balsas experimentou, em nove anos, um aumento na área plantada de 2215%, e se considerava, ainda, haver entre 800 e 1 milhão de hectares potencialmente aproveitáveis à agricultura, mais especificamente ao agro-negócio.

Um exemplo dos grandes empreendimentos estabelecidos na região é a empresa paranaense Agrosserra, que detinha um domínio de 106 mil há de terras no cerrado, nas quais plantou, no ano 2000, cerca de 13 mil hectares de soja, colhendo 30 mil toneladas, além 12 mil hectares de cana-de-açúcar. Dados de 2001 apontam um crescimento da área plantada no sul do Maranhão em cerca de 218 mil há; no sul do Piauí, 60 mil há; e no Tocantins 50 mil há, o que reflete um aumento da produção, de 26 mil toneladas em 1991-92 para mais de 700 mil toneladas em 2000-2001.

O estabelecimento de grandes empresas compradoras, como a Cargill (Monsanto), a Ceval (Bünge) e outras na região de Balsas, contribuiu para o surgimento de grandes empreendimentos e induziu ao grande crescimento da produção local. Essas multinacionais passaram a determinar o preço de compra da soja a partir das oscilações da Bolsa de Chicago, subvalorizando a produção local e monopolizando o mercado regional, através de financiamentos aos produtores e da compra antecipada da produção – a ‘soja verde’, mantendo-os atrelados e determinando o preço de comercialização. Essas empresas atribuíam à CVRD os baixos preços pagos aos produtores, em função dos constantes reajustes nas tarifas de transporte da soja, pela EFC, segundo a variação do dólar<sup>20</sup>.

Esses problemas não impediram o crescimento constante e acentuado das lavouras de soja e de outras espécies de agronegócio, como a cana-de-açúcar e o algodão na região de Balsas, nem sua expansão para um raio cada vez maior. O que em certa perspectiva é atribuído ao ‘dinamismo dos produtores’, também deve ser associado à dinâmica agrária em uma região mais ampla, que envolve não apenas o sul, mas também o centro e leste maranhense, além dos citados norte do Tocantins e sul do Piauí.

Desde a década de 1990, tem ocorrido um avanço das lavouras mecanizadas pelas terras de cerrado situadas no entorno de áreas de conservação ambiental e de terras indígenas no centro-sul maranhense, incorporando ao agronegócio um grande contingente de ‘terras devolutas’ da União e do estado do Maranhão, as quais em sua maioria constituem ocupações históricas de comunidades sertanejas desprovidas de títulos de propriedade. Essa incorporação tem se dado, em grande parte, através da ‘aquisição’ de pequenas posses familiares sobre as quais muitas vezes ocorre a ‘grilagem’ de áreas muito maiores, constituindo, assim, novos latifúndios empresariais, que rapidamente se transformam em extensos campos de cultivo de soja.

Esse processo tem ocorrido de maneira crescente nas últimas décadas, em toda região sul do Maranhão, e desloca-se, agora, por

municípios da região central do estado, até então fora dos limites da expansão das grandes lavouras de soja. Em meados dos anos 1990, denúncias de ‘grilagem’ e ocupação violenta das terras de cerrado ao sul do município de Barra do Corda por um projeto de soja, implementado por uma grande empresa do sul do País teria gerado conflitos entre antigos moradores sertanejos e agentes desse empreendimento<sup>21</sup>.

Essa frente expansionista da soja se estendeu, ainda, por vários municípios do centro-sul maranhense, como Grajaú, Fortaleza dos Nogueira e outros, tendo chegado até Barra do Corda, onde alguns ‘projetos experimentais’ foram desenvolvidos ao longo da BR-226, e mesmo na região de sertão, ao sul desse município. A articulação entre empresários vinculados à soja e a outras modalidades do agronegócio com carvoarias, nessa região, gerou uma relação de mutualidade, onde, ‘na base da troca’, são realizados desmatamentos nas terras recém-adquiridas, imediatamente aproveitados na produção de carvão destinado às indústrias de ferro-gusa associadas ao PFC e ao PGC.

Esses empreendimentos têm transformado radicalmente a paisagem e a vida social e econômica do sertão no centro-sul maranhense, com acentuados impactos aos grupos indígenas e regionais. Através de técnicas eficientes de desmatamento, com o uso de tratores e ‘correntões’, a vegetação natural do cerrado é rapidamente derrubada. Em seguida, são introduzidos corretivos químicos do solo, voltados à adequação do terreno para a produção de soja e outras culturas.

Em poucas semanas, extensas áreas do cerrado exploradas de maneira sustentável por grupos indígenas e sertanejos, dão lugar ao ‘vermelhão’ da terra desnudada. Riachos e outras referências geográficas são aterrados e/ou poluídos, restando uma grande planície, sobre a qual são depositadas toneladas de fertilizantes e outros corretivos para o preparo das futuras lavouras.

Além dos impactos ambientais causados pela transformação repentina e radical do cerrado onde coabitavam índios e sertanejos, pela perda da cobertura vegetal e a alteração nas condições de uso desses territórios, um conjunto de mudanças econômicas e sociais se

estabelecem a ‘toque de caixa’, com a presença intensa de funcionários dessas empresas, com grandes carretas transportando insumos e a produção, além da expulsão de grande contingente de sertanejos para as periferias das sedes municipais, sem as condições de vida que anteriormente desfrutavam.

O Governo, tanto a nível federal, como estadual e municipal, tem se mostrado incapaz de combater esse processo de ocupação predatória do cerrado do centro-sul maranhense. As denúncias encaminhadas aos órgãos vinculados à preservação ambiental neste período, mesmo quando apuradas, não foram coibidas, o que fazia com que os agentes dessa expansão predatória, especialmente sua vertente vinculada à ‘grilagem’ de terras, atuassem com total impunidade ameaçando moradores, destruindo vastas extensões do cerrado e atentando contra os representantes locais.

### **Revisão demarcatória e conflitos interétnicos**

Tendo em vista essa rápida expansão das fronteiras do agronegócio pelo centro-sul maranhense, bem como as consequentes transformações econômicas, sociais e ambientais da região, os impactos dessa ocupação predatória se fazem sentir junto às populações indígenas, especialmente aquelas localizadas em áreas de cerrado. Diante desta situação, o Governo Federal, através da FUNAI, deu início, a partir de 2004, a levantamentos voltados à revisão demarcatória das Terras Indígenas Kanela e Porquinhos, nos municípios de Barra do Corda e Fernando Falcão.

Esta revisão demarcatória teria por objetivo a possível ampliação física dessas unidades territoriais, tendo em vista o crescimento demográfico dessas populações, as limitações ambientais desses territórios e a necessidade de enfrentamento dos impactos decorrentes do avanço dessa frente econômica impulsionada, desde a década de 1980, pelo PFC e pelo PGC, através da expansão do agronegócio e de outras mudanças em curso na economia e na sociedade regionais. Esse processo

deve ser considerado em relação à dinâmica das relações interétnicas no centroeste maranhense como um todo, e no ‘sertão cordino’, em especial, a partir de uma perspectiva histórica e processual<sup>22</sup>.

Em termos gerais, as relações entre os Apaniekrá e os Ramkokamekra-Canela, o Estado e a sociedade regional tem se caracterizado por diferentes formas de ocupação do espaço ambiental, reflexo de ordens sociais e econômicas contraditórias, resultando em elaborações específicas sobre as respectivas territorialidades, entre esses povos indígenas e os segmentos regionais.

As Terras Indígenas Kanela e Porquinhos estão situadas ao sul do atual Município de Fernando Falcão, criado em 1995, com a divisão do município de Barra do Corda e estabelecido junto a um antigo núcleo sertanejo denominado Jenipapo dos Resplandes. A T. I. Kanela localiza-se a cerca de 70 quilômetros ao sul de Barra do Corda e aproximadamente a 6 quilômetros da sede municipal de Fernando Falcão. Encontra-se demarcada e homologada com um perímetro de 125.212 hectares, num processo concluído em 1983.

A Terra Indígena Porquinhos, situada a cerca de 80 quilômetros a sudoeste de Barra do Corda, foi demarcada no início dos anos de 1980, com 79.520 hectares. Esses territórios são formados, em grande parte, por terrenos arenosos cobertos pelo cerrado e por matas de galeria que acompanham os riachos existentes nessas áreas. A Terra Indígena (TI) Porquinhos é cortada, ainda, pelo rio Corda em seu alto curso, e possui maiores recursos florestais do que a TI Kanela correspondendo, entretanto, a dois terços do seu perímetro.

O crescimento demográfico acentuado dos Apaniekrá e Ramkokamekra-Canela nas últimas décadas constitui um fator a ser considerado na perspectiva de ampliação dessas unidades territoriais indígenas. Apresentando um aumento significativo em seus respectivos quadros demográficos<sup>23</sup>, esses grupos étnicos, tendo em vista, ainda, a restrita produtividade agrícola do solo de cerrado onde habitam, demandam uma ampliação das áreas potencialmente agrícolas, onde possam de-

envolver sua economia baseada em roças cultivadas pelas famílias extensas, e na caça e coleta, atualmente bastante restritas.

Embora o entorno das atuais Terras Indígenas Kanela e Porquinhos seja formado, em sua maior parte, por terras devolutas da União e do Estado do Maranhão e por uma unidade de conservação ambiental – o Parque Estadual do Mirador, essas terras, historicamente ocupadas por agentes da frente pastoril tradicional, constituem uma série de ‘propriedades’, em sua maior parte não tituladas, mas historicamente consolidadas. Famílias de pequenos criadores e agricultores de subsistência habitam essas terras há várias gerações, as quais exploram de forma pouco predatória.

Sobre essas ‘propriedades’ não tituladas é que tem avançado o processo de compra e ‘grilagem’ de terras nessa região, o qual tem levado à transformação do sertão cordino, e, em especial, das terras do entorno à Terra Indígena Kanela e à T. I. Porquinhos, em grandes empreendimentos do agro-negócio, especialmente voltados à produção de soja. Diante da possibilidade de vir a ‘perder’ as terras que ocupam há várias gerações, em decorrência da possível ampliação dessas terras indígenas, famílias de ‘sertanejos’ têm vendido suas ‘benfeitorias’ a corretores de terra que atuam no sertão cordino, os quais as ampliam através da ‘grilagem’ de terras públicas, negociando-as, posteriormente, a empresários rurais de outras regiões do Brasil e, até do Exterior.

A fim de garantir o que consideram ser seus direitos territoriais, comunidades sertanejas, organizadas em associações de pequenos produtores rurais tem reivindicado junto ao Instituto de Colonização e Terras do Maranhão (ITERMA), a titulação das terras que ocupam. Neste sentido, esse órgão tem realizado a arrecadação e titulação de diversas ‘glebas’ de terras no sertão cordino, algumas das quais situadas no entorno da TI Kanela e da TI Porquinhos, no intuito de garantir a permanência das comunidades sertanejas sobre essas terras<sup>24</sup>.

A proximidade de rodovias para o escoamento da produção, como a MA-006 (Grajáu-Balsas), a BR-230 (Transamazônica), que dá acesso à Ferrovia Norte-Sul, e a BR-226 (Timon-Porto Franco), faci-

litando o acesso rodoviário e ferroviário ao Porto do Itaquí em São Luís, constitui um grande estímulo aos empreendimentos do agronegócio. De outro lado, políticas de incentivo favorecem o incremento desses projetos através de financiamentos governamentais, levando à rápida expansão dos campos de soja, cana-de-açúcar e outras culturas agrícolas pelo cerrado do centro-sul-maranhense.

Os impactos da expansão do agronegócio pelas terras limítrofes aos territórios demarcados dos Apaniekrá e Ramkokamekra-Canela, já se fazem sentir. A substituição de seus tradicionais vizinhos sertanejos por empreendedores da soja ocorre em terras consideradas devolutas, as quais estariam potencialmente incluídas numa possível revisão demarcatória dessas terras indígenas. Ainda que futuramente anexadas, essas terras terão perdido a cobertura vegetal do cerrado e estarão sob a ação de fertilizantes e agrotóxicos, que possivelmente terão atingido os riachos e rios que banham essas reservas, como é o caso do próprio rio Corda<sup>25</sup>.

A situação de outros grupos timbira que habitam em áreas de cerrado, cujas terras no entorno de seus territórios já se encontram em avançada ocupação pelo agronegócio é sintomática do que poderá ocorrer em relação aos Apaniekrá e Ramkokamekra-Canela, num período de médio prazo. De uma relação histórica mantida com criadores extensivos no estado do Tocantins, engendrados pela frente pastoril tradicional, os Krahô e Apinayé se encontram, agora, cercados por extensos campos de soja, que, ao longo das últimas décadas, tem se estabelecido no cerrado tocantino.

Uma consequência dessa presença tem sido a contaminação dos cursos d'água que banham as reservas indígenas, por agrotóxicos, comprometendo a qualidade da água que abastece essas comunidades, em decorrência do avanço das lavouras de soja até as margens desses rios e riachos. Segundo as lideranças indígenas e agentes tutelares e de organizações não-governamentais que atuam na região, as lavouras de soja estão cercando as terras indígenas e os núcleos sertanejos, os

quais são atingidos, inclusive, por defensivos agrícolas lançados a partir de aviões.

Levantamentos recentes indicam que a TI Kanela e a TI Porquinhos constituem, atualmente, objeto de invasões temporárias, por diferentes agentes. Práticas, até então esporádicas, como a extração de madeiras, invasão por caçadores e mesmo a implantação de roças dentro dos territórios indígenas demarcados tendem a se intensificar e a se tornar práticas corriqueiras, colocando em risco a própria definição de ‘terra indígena’.

Nesse sentido, foram relatados pelos Apaniekrá e Ramkokamekra-Canela a presença de caminhões com carregamentos de toras de madeira, bem como a derrubada de vegetação do cerrado para a produção de carvão dentro das terras indígenas citadas. Constatou-se, ainda, que diante da implementação dos procedimentos da revisão demarcatória da Terra Indígena Porquinhos, os agentes responsáveis por essa atividade foram impedidos de dar continuidade aos trabalhos de demarcação, ao mesmo tempo em que se intensificava a ocupação do território a ser demarcado por não-indios, introduzidos com apoio de representantes locais e regionais.

## **Conclusão**

As transformações econômicas e sociais alavancadas pelos grandes projetos desenvolvimentistas implementados a partir do final dos anos de 1970 e início dos 1980, como o Projeto Ferro-Carajás e o Programa Grande Carajás, têm gerado, nesse novo milênio, consequências preocupantes aos povos indígenas e às comunidades regionais, que tradicionalmente habitam a região de cerrados no centro-sul maranhense.

Esses projetos e programas desenvolvimentistas têm beneficiado, prioritariamente, interesses empresariais situados fora da região, localizados em países do chamado Primeiro Mundo, para onde são dirigidos, em grande parte, os recursos minerais, industriais e agro-



pecuários produzidos por esses mega-empresendimentos. Ao eleger a Amazônia oriental, em sua quase totalidade, à condição de 'região-programa', decretou-se a radical transformação de uma vasta região florestal e de cerrados em reserva de recursos naturais ao chamado mercado mundial.

Ao acelerar o processo de ocupação do cerrado por empreendimentos vinculados ao agronegócio, esses megaprojetos e programas induzem à transformação ambiental e econômica, uma região de tradicional ocupação indígena e pastoril, onde vigorava uma situação de contato intersocietário relativamente estabilizada entre índios e sertanejos, com consequências devastadoras aos povos indígenas e populações regionais.

As ações voltadas ao desenvolvimento regional desencadeadas pelos governos federal e estadual vem somar-se aos grandes projetos e programas desenvolvimentistas, como o PFC e o PGC, na transformação social e econômica do centro-sul maranhense. Nesse sentido, o desmembramento e a criação de novos municípios, a definição de programas voltados à implementação de obras de infraestrutura – estradas vicinais, redes de energia elétrica, telefonia e outras – especialmente naqueles municípios considerados de menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), como Fernando Falcão, servem como atrativo ao deslocamento populacional e à ocupação das terras 'devolutas' em um ritmo mais acelerado em relação ao que até então ocorria.

A inserção dos povos indígenas em programas voltados ao desenvolvimento de comunidades rurais, como o Programa de Combate à Pobreza Rural (PCPR) e o Programa de Desenvolvimento Integrado do Maranhão (PRODIM) implementados pelo Governo do Estado do Maranhão, em 'parceria' com o Banco Mundial (BIRD) e outras agências, constitui outra dimensão das políticas desenvolvimentistas implementadas na região, com impactos diretos junto a esses povos. Nos últimos anos, os Apaniekrá e os Ramkokmekra-Canela foram 'beneficiados' com recursos oriundos desses programas, através dos quais foram implementadas a eletrificação da Aldeia Escalvado e da Aldeia

Porquinhos, adquiridos tratores e implantados projetos agrícolas e de criação.

Dessa maneira, as políticas e ações vinculadas ao desenvolvimento, seja através dos grandes projetos e programas desenvolvimentistas gerados no período militar, ou através de programas voltados à ‘pobreza rural’ revelam ter em comum a obsessão pela mudança social, pela transformação dos grupos étnicos e regionais à imagem e semelhança do Primeiro Mundo, ainda que numa imagem tosca e deformada. Como apontam diversos autores, o ‘desenvolvimento’ constitui um conjunto de práticas e uma ideologia que emana do mundo ocidental para os povos do chamado ‘Terceiro Mundo’, com objetivos precisos (Sachs 2000).

Da perspectiva da ordem econômica mundial, o ‘desenvolvimento’ visa inserir as populações e recursos naturais na dinâmica da economia de mercado, constituindo um manancial de recursos minerais, agroextrativistas e industriais à disposição do capital mundializado. Do ponto de vista ideológico, constitui um discurso que visa a restabelecer a clássica dicotomia através da qual o Ocidente concebe outros povos e tradições civilizatórias, ao longo de sua história (Escobar 1996).

## Notas

<sup>1</sup> O presente trabalho foi realizado com apoio do CNPq, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - Brasil.

<sup>2</sup> Os Apaniekrá e os Ramkokamekra-Canela vinculam-se à família lingüística Jê-Timbira (Macro-Jê). Habitam respectivamente, a Terra Indígena Porquinhos e a Terra Indígena Kanela, localizadas entre as bacias dos Rios Itapecuru e Mearim, no centro-sul do Estado do Maranhão, as quais foram demarcadas e homologadas nas décadas de 1970-80 e encontram-se em processo de revisão demarcatória.

<sup>3</sup> A expressão ‘centro-sul maranhense’ refere-se à área formada por vegetação de cerrado e floresta de transição, ao sul dos municípios de Barra do Corda, Fernando Falcão e outros, onde se localizam a Terra Indígena Kanela (Ramkokamekra-Canela) e a Terra Indígena Porquinhos (Apaniekrá), núcleos sertanejos, fazendas de criação e empreendimentos vinculados ao agro-negócio. Vide Anexo - Mapa 01.

<sup>4</sup> Sobre associativismo indígena, vide Albert (2000) e Fialho (2004). Sobre movimentos sócio-religiosos indígenas, vide Brown (1990), Barnabas (1989), dentre outros. Sobre os movimentos messiânicos Canela, vide Crocker (1967, 1976); Carneiro da Cunha (1972, 1986) e Oliveira (2002, 2008 e 2011).

<sup>5</sup> No período republicano, o Estado brasileiro exerceu o *poder tutelar* sobre os povos indígenas através de duas agências: o Serviço de Proteção aos Índios - SPI (1910 a 1964) e a Fundação Nacional do Índio - FUNAI (1967 a 1988). A Constituição Federal de 1988 estabeleceu novas bases à relação entre povos indígenas e o Estado brasileiro. Cf. Sousa Lima (1995); Gomes (2002).

<sup>6</sup> A noção de situação histórica considera o potencial das diferentes agências do contato (tutelares, econômicas, religiosas, de poder local) de produzir, em determinados momentos, padrões ou modelos de distribuição de poder e autoridade sobre os agentes sociais, a partir de um conjunto de interdependências e de canais voltados para a resolução de conflitos. Considera, ainda, a elaboração pelo polo dominante (Estado e sociedade nacional), de ações e representações que traduzem seus próprios interesses junto ao polo dominado (grupos indígenas), como se fossem gerais. Oliveira Filho (1988:59).

<sup>7</sup> Territorialização refere-se ao processo pelo qual os grupos indígenas foram inseridos na situação colonial. Historicamente, a sujeição e a nova relação que esses grupos estabeleceram com o território foram determinadas pela presença colonial. Cf. Oliveira (1998:54-55).

<sup>8</sup> Esses grandes projetos foram descritos e analisados por antropólogos e outros profissionais em diversas publicações. Vide, dentre outras, CEDI (1986:62-79 e 1991:87-95).

<sup>9</sup> Categoria na qual se enquadra também o Projeto Ferro-Carajás. Cf. Oliveira 2005.

<sup>10</sup> A partir da década de 1990, foram implantados, entre os Apaniekrá e Ramkokamekra-Canela, diversos projetos auto-definidos como 'comunitários', de 'ajuda humanitária', de 'combate à pobreza rural' de 'desenvolvimento integrado', com recursos mobilizados pelo Governo do Estado do Maranhão através de convênios junto ao Banco Mundial (BIRD) e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Também neste período foram implementados projetos de 'etnodesenvolvimento', coordenados por pesquisadores, sob o financiamento de outras agências internacionais, como a Inter America Foundation (IAF), e pela própria FUNAI, através dos Projetos Demonstrativos para os Povos Indígenas (PDPI). Cf. Oliveira 2011.

<sup>11</sup> As chamadas 'bandeiras' constituíram tropas formadas pelo recrutamento de trabalhadores livres sob o comando de chefes militares ou civis, que durante o processo de ocupação colonial das terras entre os vales dos Rios Parnaíba e Tocantins, realizaram combates aos timbira e outros grupos indígenas no Maranhão, Piauí e norte de Goiás. Cf. Oliveira, (2002).

<sup>12</sup> Os *Capiekran* ou 'Canellas finas' e os *Sacamekran* ou 'Timbiras Mateiros' foram grupos timbira localizados entre os vales dos rios Itapecuru e alto Mearim durante

as primeiras décadas do século XIX, de cujo amálgama étnico resultaram os atuais Ramkokamekra-Canela. Apesar das escassas referências sobre os *Aponijekran* no mesmo período, dados etnohistóricos colocam a possibilidade de que este seja o grupo ancestral dos atuais Apaniekrá. Cf. Nimuendaju (1946), Oliveira (2002).

<sup>13</sup> Uma ‘aliança’ inicial foi estabelecida em 1814, entre os então *Capiekran* e o líder de uma bandeira de Caxias, com vistas a um ataque conjunto contra os então inimigos, os *Sakamekran*. Cf. Oliveira (2002).

<sup>14</sup> O Serviço de Proteção ao Índio (SPI), agência indigenista oficial, foi criada no início do período republicano (1910) e passou a atuar no centro-sul maranhense a partir de 1913. Cf. Oliveira 2002.

<sup>15</sup> Esse conflito foi documentado por órgãos de imprensa no Maranhão e destacado por Curt Nimuendaju, na sua clássica monografia denominadas ‘Os Timbiras Orientais’ (1939, publicada em 1946). O processo de territorialização de grupos timbira que deu origem aos Apaniekrá e Ramkokamekra-Canela foi descrito e analisado em trabalho anterior. Cf. Nimuendaju (1946) e Oliveira (2002).

<sup>16</sup> O mito de Aukhê constitui a mais importante referência cosmológica dos grupos timbira sobre a presença do ‘homem branco’ e a condição de desigualdade nas relações interétnicas. Cf. Crocker, (1967, 1976); Carneiro da Cunha (1986).

<sup>17</sup> No livro ‘Cartas do Sertão’, Curt Nimuendaju comenta, em correspondência a Carlos Estevão de Oliveira, então Diretor do Museu Paraense Emílio Goeldi, sobre a presença de sertanejos e a introdução de ‘cachaça’ nas aldeias Canela, como estratégias de sujeição dos Apaniekrá e Ramkokamekra, entre as de 1920 e 30. Cf. Hartmman (ed.) 2000.

<sup>18</sup> Deve-se estabelecer a distinção entre movimentos e manifestações socioreligiosas, uma vez que nem todas manifestações do messianismo Canela chegaram a se organizar em um movimento, com a adesão de parte significativa do grupo em torno de um líder e a execução de um ‘enredo’ próprio a esses movimentos. Cf. Oliveira, 2011.

<sup>19</sup> A chamada ‘região programa’ era formada por um conjunto de atividades industriais, agropecuárias e de serviços, que davam suporte ao Projeto Ferro-Carajás, e onde se implantou o chamado Programa Grande Carajás, do qual constituíam a implantação de indústrias siderúrgicas e o estímulo ao agronegócio, tendo em vista o acesso ao Porto de Itaqui (São Luís, MA), através da Estrada de Ferro Carajás e, depois, com sua ligação à Ferrovia Norte-Sul. Cf. Almeida, Jr. (ed.) 1986; CEDI 1986 e 1991.

<sup>20</sup> Cf. Revista Agroanalysis (FGV), Vol. 21, no 11, novembro de 2001.

<sup>21</sup> A Batavo, empresa de laticínios pretendia implantar, neste período, um grande projeto de soja, em plena Serra das Alpercatas, em terras habitadas há várias gerações, por famílias sertanejas.

<sup>22</sup> Designa-se, aqui, o ‘sertão cordino’, a região de cerrado e matas de transição situadas ao sul do antigo município de Barra do Corda, e, em parte, vinculada ao município de Fernando Falcão e outros.

<sup>23</sup> Censos realizados pela FUNAI e pesquisadores apontam uma variação de 600 para 1262 Ramkokamekra, entre 1979 e 2000, e de 225 para 458 Apaniekrá, no mesmo período (ISA 2001). Dados obtidos junto à SESAI-MA apontam para o ano de 2010, população de 2015 Ramkokamekra e 674 Apaniekrá, e para o ano de 2014, respectivamente, 2141 Ramkokamekra e 718 Apaniekrá. Cf. SESAI-MA, 2014

<sup>24</sup> Levantamentos apontam a existência de 05 projetos de assentamento promovidos atualmente pelo ITERMA nos municípios de Barra do Corda e Fernando Falcão, totalizando mais de 23 mil há e 392 famílias assentadas. Entretanto, as áreas arrecadadas em 10 glebas, no Município de Fernando Falcão somam mais de 166 mil há.

<sup>25</sup> Uma área de mata ciliar, nas cabeceiras do Rio Corda, dentro da Terra Indígena Porquinhos, estaria sendo ocupada por um 'grileiro' da região, com a realização de desmatamento para posterior plantio de eucalipto. Esse fato tem preocupado lideranças Apaniekrá, sobretudo pelo risco de contaminação do rio Corda, utilizado por esse grupo para consumo humano.

## Referências

- ALBERT, Bruce (s/d). Na Amazônia Brasileira: Entre a Nova Constituição e o Mercado de Projetos. ([www.sociambiental.org.br/ISA.htm](http://www.sociambiental.org.br/ISA.htm); acesso em 06/10/2013).
- ALMEIDA JR, J. M. G. de (ed.). 1986. *Carajás, Desafio Político, Ecologia e Desenvolvimento*. Brasília/São Paulo: CNPq/Brasiliense.
- BARABAS, Alicia. 1989. *Utopias Indias. Movimentos Sociorreligiosos em Mexico*. Editorial Grialbo S.A., México.
- BROWN, Michael. 1991. "Beyond Resistance: A Comparative Study of Utopian Renewal in Amazônia". *Ethnohistory*, 38(4):389-413.
- CARNEIRO DA CUNHA, M. 1986. *Antropologia do Brasil. Mito, História, Etnicidade*. São Paulo, Brasiliense-EDUSP.
- CEDI. 1986. *Aconteceu. Povos Indígenas no Brasil - 1985 / 86*. São Paulo.
- \_\_\_\_\_. 1991. *Aconteceu. Povos Indígenas no Brasil - 1987 / 88 / 89 / 90*. São Paulo.
- CROCKER, William. 1976 [1967]. "O Movimento Messiânico Canela. Uma introdução". In SHADEN, E. (ed.): *Leituras de Etnologia Indígena*, pp. 515-528. São Paulo: C.E.N.
- \_\_\_\_\_. 1990. *The Canela (Eastern Timbira). I. An Ethnographic Introduction*. Washington: Smithsonian Institution Press.
- CIMI. Situação jurídico-administrativa atual das terras indígenas no Brasil (24/09/2004). ([www.pgr.mpf.gov.br/6camaras-terras-indigenas/ma](http://www.pgr.mpf.gov.br/6camaras-terras-indigenas/ma); acesso em 15/03/2005).
- CVRD-FUNAI. 1982. *Projeto Ferro-Carajás: Apoio às Comunidades Indígenas*. Rio de Janeiro/Brasília.

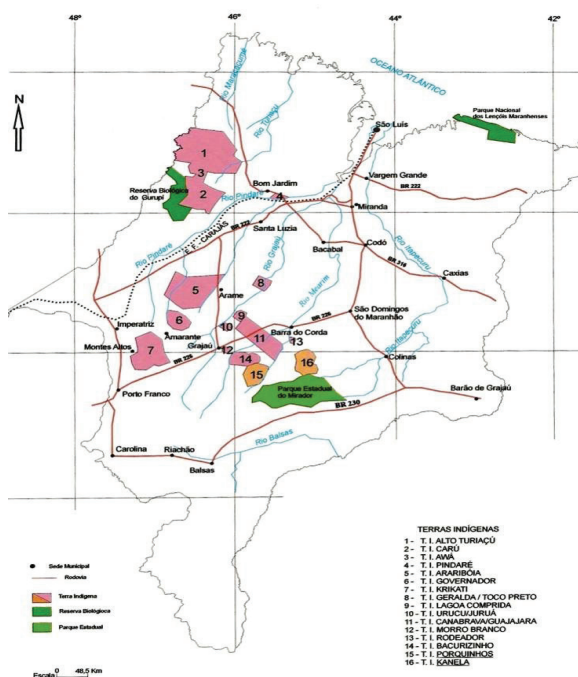
- ESCOBAR, Arturo 1996. *La Invención del Tercero Mundo. Construcción y Desconstrucción del Desarrollo*. Bogotá: Editorial Norma.
- FOLHA ONLINE. Índios denunciam contaminação de rios pôr agrotóxico. ([www.folha.uol.br/brasil](http://www.folha.uol.br/brasil); acesso em 19/03/2005).
- FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS. 2001. *Agroanalysis*. Revista de Negócios da FGV/Instituto Brasileiro de Economia. Rio de Janeiro, 21(11).
- GOMES, Mercio P. 2002. *O Índio na História. O Povo Tenetehara em Busca da Liberdade*. Petrópolis: Vozes.
- HARTMAN, Tekla (ed.). 2000. *Cartas do Sertão: de Curt Nimuendaju para Carlos Estevão de Oliveira*. Lisboa: Museu de Etnologia.
- ISA. Instituto Sócioambiental. ( [www.socioambiental.org/pib/ept/canela](http://www.socioambiental.org/pib/ept/canela); acesso em 15/03/2005).
- LIMA, Antonio C. de S. 1995. *Um Grande Cerco de Paz. Poder Tutelar, Indianidade e Formação do Estado no Brasil*. Petrópolis: Vozes.
- NIMUENDAJU, Curt. 1946. *The Estearn Timbira*. Berkeley and Los Angeles: University of Califórnia Press .
- OLIVEIRA, Adalberto de. 2002. *Ramkokamekra-Canela: Dominação e Resistência de um povo timbira no centroeste maranhense*. Dissertação de Mestrado. Campinas: IFCH-UNICAMP.
- \_\_\_\_\_. 2005. “Projeto Carajás, Práticas Indigenistas e Povos Indígenas no Maranhão”. *Revista Antropológicas*, 15(2):135-169.
- \_\_\_\_\_. 2008. “Messianismo Canela, entre o Indigenismo e o Desenvolvimento”. *Revista Antropológicas*, 18(2):183-214.
- \_\_\_\_\_. 2011. *Messianismo Canela: entre o Indigenismo de Estado e as Estratégias do Desenvolvimento*. São Luís: EDUFMA-FAPEMA.
- OLIVEIRA FILHO, J. P. de. 1998. *O Nosso Governo. Os Ticuna e o Regime Tutelar*. São Paulo/Brasília: Marco Zero/CNPq.
- \_\_\_\_\_. 1998. *Indigenismo e Territorialização: Poderes, Rotinas e Saberes Coloniais no Brasil Contemporâneo*. Rio de Janeiro: Contra Capa.
- \_\_\_\_\_. 1999. *Ensaio de Antropologia Histórica*. Rio de Janeiro: UFRJ.
- SACHS, Wolfgang (ed.). 2000. *Dicionário do Desenvolvimento*. Petrópolis: Vozes.
- SCHRÖDER, Peter. 2003. *Economia Indígena. Situação Atual e Problemas Relacionados a Projetos Indígenas de Comercialização na Amazônia Legal*. Recife: Editora UFPE.

*Abstract:* The south-central region of Maranhão State, a historical territory of the timbira peoples, was occupied in XIX Century by traditional pastoral front, which subjected the indigenous groups and established livestock farms, and settlements. From the 1970s, agribusiness agents established soybean crops, sugar cane, and other commodities in the area. Part of the devastated savannah was transformed into coal that supplied for iron ore industries linked to Carajás Project. Since 2004, the federal government established

the review of demarcation of the Indigenous Lands Canela and Porquinhos, driving the backlanders to sell their asset betterments for entrepreneurs and thus intensifying the conflicts in the region. This paper analyzes the impact of these social-environmental changes on Apaniekrá and Ramkokamekra-Canela and on the inter-ethnic relations in south-central Maranhão State.

*Keywords:* Apaniekrá; Ramkokamekra-Canela; Backland people; Ethnic and regional development; Agribusiness.

## Anexo



Mapa 01: Estado do Maranhão: Terras Indígenas e Unidades de Preservação  
 Fonte: Oliveira, Adalberto L. R. de, 2011.

Recebido em abril de 2014  
 Aprovado em outubro de 2014